

ENTRE-LÍNGUAS-CULTURAS: LÍNGUA PORTUGUESA ∞ LÍNGUA INDÍGENA¹

AMONG LANGUAGES-CULTURES: PORTUGUESE LANGUAGE ∞ INDIGENOUS LANGUAGE

Gabriele de Aguiar²

Angela Derlise Stübe³

RESUMO: Este artigo objetiva analisar representações de línguas (portuguesa e indígena) que emergem nas redações de sujeitos indígenas participantes do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Com isso, foram selecionadas algumas sequências discursivas de redações elaboradas no PIN-UFFS (seletivos de 2015 e de 2018), as quais, por meio de regularidades discursivas, nos possibilitaram compor nosso gesto interpretativo. Situamo-nos na perspectiva discursivo-desconstrutivista, com autores que dedicam seus esforços a questões de língua e identidade como Pêcheux (2010), Coracini (2007) Lacan (2005) e Derrida (2001). Ao observar a vinda de alunos indígenas para a UFFS, nos levou a questionar como a língua e, conseqüentemente a identidade, desses sujeitos são afetadas ao necessitarem adequar-se ao lugar historicamente pertencente ao não-indígena: a universidade. Entendemos que isso pode produzir o apagamento das línguas indígenas. Os resultados apontam para uma ruptura em relação à língua materna do indígena e um conflito em estar entre-línguas-culturas (língua portuguesa ∞ indígena).

PALAVRAS-CHAVE: Representações de língua. Entre-línguas-culturas. Sujeito indígena. Identidade.

ABSTRACT: This article aims to analyze representations of languages (Portuguese and Indigenous) that emerge in the essays of indigenous people participating in the Access and Permanence Program for Indigenous Peoples (PIN) of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS). With this, some discursive sequences of essays elaborated in PIN-UFFS (2015 and 2018 selection) were selected, which, through discursive regularities, allowed us to compose our interpretive gesture. We use a discursive-deconstructivist perspective, with authors who dedicate their efforts to questions of language and identity such as Pêcheux (2010), Coracini (2007) Lacan (2005) and Derrida (2001). When observing the arrival of indigenous students to UFFS, it led us to question how the language and, consequently, the identity of these people are affected when they need to adapt themselves to the place historically belonging to the non-

¹ Este artigo é um recorte revisado e ampliado da dissertação *Representações de língua(s) no espaço entre-línguas-culturas: marcas discursivas em produções textuais de indígenas*, defendida em 2020.

² Mestre em Estudos Linguísticos. Docente substituta no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, Chapecó, Santa Catarina, Brasil, gabriele.aguiar@ifsc.edu.br.

³ Doutora em Linguística Aplicada. Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó, Santa Catarina, Brasil, angelastube@uffs.edu.br.

indigenous: the university. We understand this can lead to the erasure of these Indigenous languages. The results point to a rupture in relation to the native language of the indigenous and a conflict in being among languages-cultures (Portuguese language ∞ indigenous).

KEYWORDS: Language representations. Among languages-cultures. Indigenous people. Identity.

Introdução

O Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (doravante PIN) configura-se como um processo seletivo especial que ocorre desde 2015 na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), atuando como um mecanismo de promoção de valores democráticos e ampliando o acesso dos indígenas ao ensino superior⁴. Durante o processo seletivo, o participante precisa responder a uma prova com questões objetivas e redigir uma redação, de tipo dissertativo-argumentativo, sobre temática específica que se modifica a cada ano.

O PIN-UFFS e a chegada constante de alunos indígenas na UFFS nos levaram a questionamentos referentes às línguas indígena e portuguesa nesse contexto. Em especial, nos fez analisar, por meio de redações escritas no Processo Seletivo, representações de língua(s) que emergiam nesses textos.

Como arquivo para elaboração deste estudo, adotamos as redações escritas por participantes indígenas dos processos seletivos do ano de 2015 e do ano de 2018 e, após a leitura da totalidade desse material, identificamos algumas regularidades discursivas. A leitura do material de arquivo, portanto, guiou a elaboração do texto.

Diante disso, a questão que moveu esse gesto de leitura, que não é o único possível, considerando a incompletude da língua, foi: *que representações de língua(s) são sustentadas pelos indígenas nas redações do PIN-UFFS?* Tomamos como hipótese que os sujeitos indígenas, participantes do PIN-UFFS, vivem em um conflito entre-línguas-culturas⁵, tendo sua língua e identidade afetadas ao necessitarem adequar-se ao lugar do outro, daquele que não é indígena. Para que essa questão fosse interpretada, analisamos o imaginário produzido sobre a

⁴ Não são todos os cursos de graduação ofertados pela universidade que têm autonomia para abrir vagas suplementares para o PIN-UFFS, ou seja, os cursos da área da saúde, Medicina e Enfermagem não dispõem de vagas.

⁵ Entre-línguas-culturas é uma noção adotada pela Profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini, no projeto “*O espaço híbrido da subjetividade: o ser (estar) entre línguas*” (desenvolvido entre 2003 e 2007), inserido no Projeto Integrado “*(Des)construindo identidades: formas de representação de si e do outro nos discursos sobre línguas (materna e estrangeira)*”, financiado pelo CNPq e sob sua coordenação.

língua indígena⁶ para, a partir disso, chegar às representações de língua pela abordagem discursivo-desconstrutivista.

Nosso objetivo, portanto, é problematizar representações de língua(s) que emergem nas redações e descrever o funcionamento da relação ser-estar-entre-líguas. Consideramos que esses sujeitos estão imersos em uma relação conflituosa entre-líguas-culturas: entre a língua da sua constituição enquanto sujeito e que constitui as relações entre seus pares - a língua indígena⁷ do seu povo - e a língua mobilizada para ingressar e permanecer na universidade - a língua portuguesa. Ambas as líguas constituem sua subjetividade, constituem o sujeito. Ao entender que os indígenas participantes do processo seletivo se encontram nesse espaço, tomamos como hipótese que o sujeito indígena deseja falar a língua materna (LM) no intuito de manter suas tradições e permanecer sendo indígena e, ao mesmo tempo, mobilizar a língua portuguesa para alcançar seus sonhos na universidade e até mesmo ser aceito nesse lugar diferente.

Como apontado, pautamo-nos na perspectiva discursivo-desconstrutivista. Delimitamos nossa pesquisa no entre-lugares⁸, uma vez que perpassa a Análise de Discurso, a psicanálise e a desconstrução para constituir-se. Sendo assim, o gesto interpretativo aqui formulado almeja estabelecer um movimento pendular, ou seja, o “[...] dispositivo teórico-metodológico da análise de discurso se constrói num movimento pendular entre teoria e análise.” (PETRI, 2013, p. 45). Nesse movimento, traremos à tona marcas linguísticas (tempos verbais, substantivos, sentenças, etc.) que surgem no intradiscurso, isto é, nas formulações, no que está sendo dito nas condições dadas. De forma conjunta ao intradiscurso, todo dizer é constituído por já-ditos, pelo interdiscurso que faz com que os sentidos sejam constituídos por outros discursos já-ditos. Essas questões apontam para as regularidades discursivas e, com isso, se torna possível garantir a existência de um discurso e costurar o gesto de interpretação postulado na sequência deste estudo.

Borges (2018b) afirma que “[...] a escolha de um objeto para ser analisado, numa perspectiva discursiva, não é aleatória, os recortes têm que vir com as nossas indagações.” (p.

⁶ Apesar de assumirmos que no território brasileiro existem incontáveis líguas indígenas, utilizaremos, ao longo do texto, a língua flexionada no singular para “língua indígena”. Vale destacar que a Diretoria de Políticas de Graduação, em diálogo com a pesquisadora, afirmou que a grande maioria dos participantes do PIN-UFFS nestes anos (2015 e 2018) são do povo Kainkang.

⁷ É importante salientar que o uso da expressão “língua indígena” no decorrer do texto se dá independente de serem diferentes líguas e povos, principalmente para manter-se em conformidade à designação dada pelos próprios participantes nas redações (ver SD4 e SD5).

⁸ O ‘entre’ é, muitas vezes recorrente neste artigo (entre-lugares, entre-líguas, entre-líguas-culturas), para Derrida (2006), o espaço, o intervalo presente que se manifesta em uma constante ausência-presença. Nessa perspectiva, o hífen marca a aproximação dos opostos e simboliza esse movimento.

106). Pretendemos, desse modo, desenvolver um trabalho com uma teoria que aborde o sujeito em sua constituição linguística, histórica e social. Com isso, a abordagem discursiva-desconstrutivista nos possibilita ter essa visão sobre o sujeito e de compreender que a língua não é transparente e que não há discursos homogêneos, tampouco sentidos únicos e estáticos. Vale ressaltar que nessa visão teórica compreendemos o sujeito sendo constituído *na e pela* língua(gem).

Escritas essas palavras iniciais, convidamos o leitor a nos acompanhar nessa caminhada, muitas vezes instigante e avassaladora, na qual os sentidos aqui mobilizados poderiam ser outro(s), sendo este um gesto de leitura entre tantos possíveis. Destacamos, sobretudo, que essa caminhada traçada nos permite, por meio de escritas de si, que as vozes indígenas sejam ouvidas e (res)significadas após serem silenciadas e oprimidas ao longo da história do Brasil.

Entre-línguas-culturas

- Não se fala nunca senão uma única língua...
(sim mas)
- Não se fala nunca uma única língua...
(DERRIDA, 2001, p. 22).

O sujeito indígena candidato às vagas no PIN-UFFS está inserido em um lugar conflituoso entre-línguas-culturas – entre a língua materna e a língua portuguesa. Nesse caso, acreditamos que não há uma língua que prevaleça a outra. Ao buscar problematizar essa posição, usaremos as reflexões desenvolvidas por Lacan (2005) sobre o aparelho matemático chamado Banda de Moebius (ou Banda de Möbius). Considerado um psicanalista que perpassa diferentes áreas de estudo, Lacan (2005) usou uma figura matemática para explicar conceitos da psicanálise e apontar que há Real e que, apesar da impossibilidade de representar e de dar conta dele, buscou descrever a estrutura mesmo sabendo que só é possível perceber os efeitos deste.

É pertinente salientar que Lacan (2005) não inventa a Banda de Moebius, mas utiliza esse objeto matemático em seus estudos. Ela foi criada, originalmente, pelo astrônomo e matemático alemão August Ferdinand Möbius, em 1858, e era chamada de Fita de Möbius. Ao longo deste artigo a chamaremos pelo nome utilizado pela psicanálise: Banda de Moebius.

Considerada uma grande descoberta para a época, dado que, ao contrário das propostas geométricas euclidianas⁹, essa fita não apresenta um começo, tampouco um final (dentre outras

⁹ De modo algum pretendemos aprofundar questões matemáticas neste texto, porém nos parece pertinente destacar a distinção da Fita de Möbius, desenvolvida por Möbius (1858), em comparação à geometria baseada nos postulados de Euclides para entendermos, de modo claro, as pretensões de Lacan (1950) com a Banda de Moebius.

propriedades que essa contrabanda se opõe à geometria de Euclides). Assim, com base em alguns pontos da topologia de Lacan, lançamos, logo de antemão, no título deste texto, uma proposta instigadora e ousada para estabelecer essa relação. No título temos entre a língua portuguesa e a língua indígena a Banda de Moebius, representada pelo símbolo do infinito (∞) na intenção de simbolizar que não é uma adição, uma somada a outra, mas sim uma e outra não havendo um dentro e um fora.

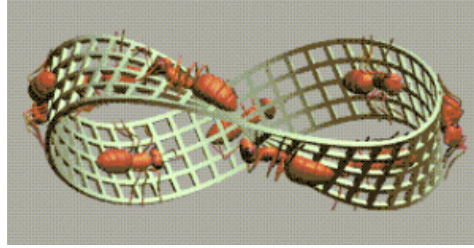
Apresentada aqui, portanto, pelo sinal do infinito, a Banda de Moebius representa um caminho sem começo e sem fim, no qual se pode percorrer toda a sua superfície, que, a princípio, aparenta ter dois lados pelo efeito de torção, quando, na verdade, possui apenas um: é um objeto unívoco. Lacan (2005) buscou relacionar essa topologia ao sujeito do inconsciente, que “[...] emerge entre um significante e um conjunto de significantes. Quando ocorre um evento significante, produz-se um efeito singular que assume o nome de sujeito do inconsciente (entidade abstrata e não subjetiva).” (STÜBE, 2008, p. 97). Também entendido como ser topológico, esse sujeito, de acordo com o psicanalista francês, aparece no momento do corte da Banda; com isso, o sentido se mostra. Lacan (2005) afirma que:

[...] o inseto que passeia na superfície da banda de Moebius, caso tenha a representação do que é uma superfície, pode acreditar, a todo instante, que existe uma superfície que ele não explorou, a que está sempre no avesso daquela em que ele passeia. Ele pode acreditar nesse avesso, embora este não exista, como vocês sabem. Sem que o saiba, ele explora a única face que existe, e, no entanto, a cada momento, há realmente um avesso. (p. 152).

Diferentemente de um círculo ou um cilindro, o autor se interessa por esse outro aparelho da matemática por essa característica particular de não possuir um dentro, nem um fora. Ao manipulá-lo, o autor estabelece uma metáfora para entender o processo psíquico. Ademais, é possível depreender o sujeito do inconsciente ao realizar o corte na Banda de Moebius, porque “[...] quando vocês isolam uma parte dele por uma secção, um corte, que não tem outra condição senão ligar-se a si mesmo, depois de haver incluído o ponto vazado da superfície, resta uma banda de Moebius.” (LACAN, 2005, p. 110).

Nesse contexto, trazemos a ilustração, na Figura 1, criada pelo artista holandês Maurits Cornelis Escher (1963), na intenção de reproduzir a Banda de Moebius e seu movimento.

Figura 1 – Banda de Möbius 2



Fonte: Escher (1963).

Como podemos perceber, a gravura de Escher (1963) tem a intenção de expressar como essa banda funcionaria e, ademais, o artista utiliza formigas pelo fato de o próprio Lacan (2005) mencionar, em seu livro, que é possível que uma formiga passeie em seu exterior sem nenhuma dificuldade para o interior e que não é possível saber se está dentro ou fora da banda. Em vista disso, comparamos a tensão do entre-línguas-culturas como a condição do sujeito indígena participante do PIN-UFFS, pois pressupomos não haver uma língua sobre a outra, mas uma língua com a outra de modo tão intrínseco que já não se sabe qual língua “prevalece”, uma verdadeira mistura de línguas.

Tendo claro esse ponto, a seguir, abordamos as sequências discursivas que interpretamos nessa regularidade discursiva, a fim de perceber como se materializa o sentido do entre-línguas-culturas.

Nem lá, nem cá: entre-línguas quero estar¹⁰

Pêcheux (2010), no seu texto “Papel da Memória”, traz à baila a noção de memória discursiva que diz respeito à recorrência de dizeres que emergem de um acontecimento, sendo atualizado ou esquecido de acordo com o processo discursivo. Dito de outra forma, é algo que sempre “fala antes”, em outro lugar. Sendo assim, o autor discorre que “[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) [...]” (PÊCHEUX, 2010, p. 52, grifo do autor). Esses não-ditos fazem parte dos sentidos implícitos que Pêcheux (2010) aborda, já que há a impossibilidade de se dizer tudo na língua.

Alicerçados em uma perspectiva teórica que vê a língua como algo que falha e faz falhar o discurso, identificamos o sujeito na ilusória investida de controlar o seu dizer. O mesmo

¹⁰ Título inspirado na dissertação de mestrado “Um pouco aqui, um pouco lá? Identificações do sujeito entre-línguas” (2017), de Tatiana Gritti.

sujeito que, no intradiscursos, deixa emergir o conflito de estar imerso em um contexto entre-línguas-culturas e que já não consegue separá-las: língua portuguesa ∞ língua indígena. Tal efeito podemos interpretar na SD1¹¹:

(SD1) *Antigamente com os dias atuais, mudavam-se muitas coisas nas aldeias com a aproximação dos não indígenas, tendo como pontos negativos e positivos. Eu vejo como exemplo na minha comunidade, muitas ainda brancas casando com indígenas ou vice-versa e dessa união seus filhos já não conseguem aprender a língua materna que é muito preocupante na aldeia ou simplesmente muitos tem vergonha de falar fora da aldeia, esse é um dos pontos negativos no meu ponto de vista. Porém professores formados bilíngue lutam contra isso nas escolas, alfabetizando nossos filhos na língua materna para que não se percam o maior tesouro a 'língua materna' (E1; 2015)¹².*

Percebemos que o enunciador aborda a situação de entre-línguas-culturas com uma mudança, utilizando o verbo “mudar”: “*mudavam-se muitas coisas nas aldeias com a aproximação dos não indígenas*”¹³. É importante destacar que essa aproximação dos povos indígenas com os não indígenas, desde a colonização do Brasil, é repleta de significações, “[...] ou seja, o índio perde o próprio ser e passa a ser o Outro [o não indígena] na medida em que incorpora aquilo que é do Outro: a língua, a palavra, a indumentária, os aparelhos, o espaço.” (BORGES, 2018a, p. 113). Ao longo da sua redação e entre uma língua e outra, o sujeito parece apontar para o entre-línguas-culturas como uma mudança na vida da comunidade indígena e, ao mesmo tempo, evidencia a oposição entre línguas (formas diferentes de materializar o *nós* e o *eles*), mas ao opor, também o constitui, pois leva o indígena a mudar.

Essa “*aproximação dos não indígenas*” por meio dos casamentos interculturais (indígena com não indígena), ao longo da escrita de E1, se mostra como um verdadeiro imbricamento de línguas-culturas: é mais que uma aproximação, é um tornar-se família, é fazer parte da comunidade. Porém, ao trazer uma língua-cultura diferente para o grupo, traz algo novo com “*pontos negativos e positivos*”. Essa união matrimonial, portanto, faz com que nasçam filhos imersos entre uma língua e outra, sendo que “*não conseguem aprender a língua materna*” e, mais, “*muitos tem vergonha de falar fora da aldeia*”. Interpretamos com base nos marcadores discursivos “*não conseguem*” e “*tem vergonha*” como um silenciamento e, até

¹¹ Em 2015, ano de escrita da SD1, o tema do processo seletivo era “Reivindicações históricas dos povos indígenas brasileiros”.

¹² A primeira letra (E) indica o enunciador - um sujeito indígena participante do PIN-UFFS -, seguida do número (1) que indica a qual redação se refere ao longo do artigo. Além disso, ao lado, trazemos o ano do processo seletivo que o recorte foi retirado, nesse caso se trata de uma redação do ano de 2015.

¹³ Todos os recortes estarão em itálico e entre aspas quando forem retomados ao longo do texto a fim de que possamos diferenciar de uma citação bibliográfica.

mesmo, um apagamento da língua-cultura indígena, uma vez que a língua portuguesa se sobressai em relação à língua indígena.

O E1 ainda traz à tona em seu texto uma grande preocupação referente à perda da língua indígena em sua comunidade com esse imbricamento entre-línguas-culturas. No trecho “*professores formados bilíngue lutam contra isso [o fato das crianças terem vergonha de falar a língua materna] nas escolas, alfabetizando nossos filhos na língua materna*”, o enunciador afirma que há o ensino de ambas as línguas: a língua portuguesa (a língua do desejo) e a língua indígena (a língua materna).

Consideramos a língua portuguesa como a língua do desejo, visto que é por meio dela que o indígena conseguirá ingressar na universidade – ao participar do processo seletivo, ao redigir a redação, ao realizar os componentes curriculares do curso. Em contrapartida, a língua indígena é a língua materna, a língua na qual ele se conecta à comunidade.

Em relação ao trecho anteriormente destacado, o conflito entre-línguas-culturas se mostra no processo escolar decorrente da aproximação com o não indígena. Do ponto de vista do enunciador, o ensino bilíngue é importante, já que a intenção é “*que não se percam o maior tesouro a ‘língua materna’*”. No excerto é possível perceber um adjetivo qualificativo, no caso “*tesouro*”, para caracterizar a língua indígena, acusando grande importância. Essas marcas relativas à língua materna e à língua do outro apontam para o processo de constituição do sujeito indígena a partir do imaginário do que é ser indígena e, igualmente, imprime o desejo de manter a língua-cultura para permanecer sendo indígena.

Esse imaginário de unidade, da busca da preservação da língua-cultura para permanecer sendo índio, produz um sujeito em conflito na procura de uma identidade única. Vale ressaltar que compreendemos a noção de identidade não a partir da visão tradicional, que a entende como uma unidade, ou seja, identidade como estável e idêntica a algo. Partimos da perspectiva que “[...] o sujeito não tem sua identidade dada a priori, como uma substância fixa, mas essa vai se constituindo nas relações históricas, sociais, políticas, jurídicas, ou seja, há um processo de identificação que não cessa de se fazer e desfazer [...]” (BORGES, 2018a, p. 57, grifo do autor).

Retomando o discurso segundo o qual o entre-línguas-culturas se dá pela influência do não indígena, trazemos, na continuidade, a SD2:

(SD2) *Fazendo com que as diferenças de culturas e etnias não sejam excluídas e desprezadas mais sim valorizadas em um todo. Principalmente a língua materna dos povos indígenas que está se perdendo devido alguns desafios que o povo originário vem passando, pois a influência dos não indígenas nas comunidades está melhorando muito com essa perda, e também devido a falta do material didático que*

algumas das escolas indígenas não possuem suporte. Entretanto, se isso existisse, iria contribuir e ajudar muito no resgate da língua materna Kaingang em algumas aldeias e escolar (E2; 2018).

Esse candidato, ao longo de sua escrita de si, teme a perda da língua indígena em decorrência de “*alguns desafios que o povo originário vem passando*”, pois evidencia-se a proximidade com o não indígena o que, por consequência, traz muitos problemas para a sua comunidade. Com base no trecho “*alguns desafios*”, interpretamos que dentre eles alguns são silenciados e, ao mesmo tempo, E2 traz à tona no eixo do intradiscurso alguns desafios: a possível perda da língua materna, a aproximação dos não indígenas e a falta de material didático em Kaingang nas escolas dentro das aldeias.

Dentre essas dificuldades ressaltadas, E2 ainda compreende que as diferenças culturais entre ambos podem resultar na exclusão e no desprezo do que pertence ao indígena. A partir disso, no enunciado “*principalmente a língua materna dos povos indígenas*”, o participante coloca a língua em jogo discursivamente. Chama-nos a atenção para o uso do advérbio “*principalmente*” e nos questionamos sobre os sentidos mobilizados a partir dele. Com base nos dicionários¹⁴, entre as definições da utilização desse vocábulo apontamos “significa algo em específico” ou “em que há ênfase sobre algum assunto”. A partir desses significados interpretamos que a língua materna se torna algo muito importante para esse enunciatador, já que faz parte do ser indígena e ela “*está se perdendo*”. Novamente, identificamos a ‘culpabilização’ da perda da língua-cultura pela influência do não indígena; um conflito entre-línguas-culturas marcado pela escrita, transformando a coisa vista ou ouvida em forças e em sangue (FOUCAULT, 2009).

Influenciado pelos textos motivadores¹⁵, o participante traz à tona o material didático como uma forma de haver o “*resgate da língua materna Kaingang*”. Isso nos leva a entender que se há um resgate é porque já houve uma perda, percebido no uso anterior do verbo no gerúndio: “*perdendo*”. E, mais ainda, o termo “*resgate*” utilizado nesse excerto levou-nos a indagação sobre os significados que carrega; dentre eles, o de salvamento, ação de salvar de uma situação perigosa ou de aflição. Com isso, podemos compreender que a língua Kaingang

¹⁴ Respaldamo-nos no dicionário em alguns momentos analíticos, visto que o compreendemos como um instrumento que define o léxico de uma língua (GHIRALDELO, 2002). Além do mais, Stübe (2008) ressalva que o dicionário suporta “[...] um regime que norteia o sentido para uma pretensa universalidade e homogeneidade, calcado em um jogo com/no arquivo, por representações sócio-historicamente constituídas.” (p. 146). Contudo, é importante questionar esse instrumento, pois a língua, na perspectiva que tomamos, está em constante movimento e é interpelada pelo político, pelo histórico e pelo ideológico de modo intrínseco.

¹⁵ No processo seletivo de 2018, havia dois textos motivadores para a elaboração da redação. O texto 2, mais especificamente, tratava da educação indígena no Brasil e mencionava dados sobre os materiais didáticos nas escolas dentro das comunidades indígenas. Disponível em: <<https://www.greenme.com.br/informar-se/povos-da-floresta/3254-educacao-indigena-brasil>>. Acesso em: 23 set. 2019.

aparece nessa SD como algo que está em perigo e precisa ser resgatada. Além do mais, identificamos, por meio desse enunciado, que os materiais didáticos, incluímos aqui o livro didático, em língua indígena, contribuiriam para manutenção da língua, pois, assim, os alunos teriam contato com ela e quem sabe a resgatariam.

Ainda, percebemos o lugar da escola e o discurso pedagógico atravessando essa escrita de si através da discussão sobre material didático em língua indígena. Cabe destacar que entendemos a escola como uma instituição não indígena que já constitui o sujeito indígena participante do PIN-UFFS, uma vez que precisa de uma instituição do outro para conseguir continuar sendo indígena. Nesse contexto, não é só a língua portuguesa que é escolarizada, mas a língua indígena também – é o que E2 almeja. O conflito entre-línguas-culturas se mostra a partir dessa leitura e questionamo-nos qual será a língua materna desse sujeito indígena: a língua Kaingang (que necessita ser resgatada) ou a língua portuguesa (que veio pela aproximação do não indígena e pela escola), sendo que ambas o constituem. Assim, nesse contexto, não podemos assumir tacitamente que a língua indígena seja a materna e sim que há um entre-línguas-culturas.

O conflito de estar entre-línguas-culturas

É imerso nesse contexto conflituoso entre-línguas-culturas que o sujeito se encontra. Com base nisso, afirmamos que “[...] a identidade do sujeito se constrói na/atraves da língua, por isso não existem identidades fixas; as identidades estão sempre em estado de deslocamento.” (STÜBE; AGUIAR, 2018, p. 109). Essa questão suscitada na SD1 é (re)formulada na sequência discursiva abaixo (SD3), que também faz parte do processo seletivo de 2018:

(SD3) O costume dos índios bem diferentes do não índios, mas a maioria dos índios tão quase perdendo o costume a língua e a cultura os que tão morando na aldeia estão preservando a cultura vários índios foram morar na cidade deixando os povo¹⁶ enbusca do trabalho negociando (E3; 2018).

Na SD3, o enunciador compara a cultura do indígena com a do não indígena, destacando que há diferenças: “*o costume dos índios bem diferentes do não índios*”. Identificamos, na formulação, o uso do advérbio intensificador “*bem*”, demonstrando que, ao comparar os

¹⁶ É necessário sublinhar que as sequências discursivas são recortes das redações originais e, portanto, há desvios linguísticos conforme as regras prescritas pela gramática normativa, como em “*os povo*”. Não alteramos, pois entendemos que corrigir a escrita dos enunciadores é interferir inadequadamente no *corpus*. Além disso, esses desvios são marcas do entre-línguas-culturas, da inscrição do indígena na língua do outro.

costumes entre índios e não índios, as diferenças são em demasia, extremas. Sendo assim, analisamos quais marcas evidenciam essas diferenças ressaltadas por E3 que, logo em seguida, aponta em sua escrita para “*o costume a língua e a cultura*”. Temos nessa SD uma metáfora entre permanecer na aldeia e, assim, permanecer sendo indígena; ao passo que deixar a aldeia o levaria, conseqüentemente, a não ser mais indígena e as diferenças entre ambos se anulariam.

Nesse mesmo fio discursivo, E3 enuncia, “*mas a maioria dos índios tão quase perdendo o costume a língua e a cultura os que tão morando na aldeia estão preservando a cultura vários índios foram morar na cidade deixando os povo enbusca do trabalho negociando*”. Em primeiro lugar, interpretamos, por meio da função da conjunção adversativa “*mas*”, que há distintos discursos que atravessam sua escrita de si, entendendo que, apesar de essa cultura existir, ela está quase se perdendo. Pela marca no intradiscorso, utilizando esse marcador que indica oposição ao que foi dito, é possível depreender esses sentidos. Seguido da construção adversativa, encontramos a ideia de perda (“*tão quase perdendo*”) do que, segundo o sujeito indígena, o identificaria como indígena: “*o costume a língua e a cultura*”. O que nos chama a atenção é o uso do marcador linguístico “*quase*” antes do verbo, isto é, existe alguma possibilidade de o sujeito continuar sendo indígena mesmo com as mudanças mencionadas.

Outro verbo utilizado nessa SD que nos ‘saltou aos olhos’ foi o “preservar” em “*os que tão morando na aldeia estão preservando a cultura*”. Conforme o Dicionário de Língua Portuguesa Michaelis (2015)¹⁷, sentidos de preservar estão vinculados com o ato de manter(-se) a salvo de qualquer mal ou dano, conservar(-se), proteger(-se). Geralmente, esse verbo é utilizado em situações de risco de perda total ou de um grande prejuízo. Dessa forma, interpretamos que a cultura, termo vinculado ao verbo preservar nesse trecho, aparece na escrita de E3 como algo realmente importante para o indígena e que, ao necessitar a preservação, indica o dano que a sua perda causaria aos indígenas.

Além disso, nesse trecho há o discurso de uma língua ‘para’, ou seja, uma língua que serve para algum objetivo específico. Essa preposição não aparece no intradiscorso, mas compreendemos que há sempre um não-dito, uma não transparência da língua, que se manifesta pelo imaginário que, nesse caso, é de língua útil. O sujeito indígena aponta para um silenciamento da língua materna, língua indígena preservada na aldeia com os seus pares, para a adoção da língua portuguesa para o trabalho fora da comunidade. Essa sequência discursiva

¹⁷ Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/preservar/>>. Acesso em 25 maio. 2020.

denuncia o movimento de tensão entre-línguas-culturas. No que concerne esse espaço conflituoso, Stübe (2008) enfatiza que:

O entre também pode significar, aqui, movimento do inconsciente ao consciente (e vice-versa), que guia a escolha dos significantes, pois toda prática que envolve narrar a própria história, constituir a ficção de si, é uma prática discursiva sustentada por uma falta. Em vista disso, é inelutável que nessa prática haja deslocamento do sujeito. (p. 223).

Nessa direção, notamos que os sujeitos indígenas, ao buscarem “[...] adequar-se ao lugar do não indígena, sofrem um silenciamento de sua língua e identidade indígena, produzindo um apagamento da sua língua materna” (STÜBE; AGUIAR, 2018, p. 121) e, assim, assumem a língua portuguesa para trabalhar, serem aceitos na sociedade e proporcionar oportunidades para sua comunidade. Mais que um silenciamento da língua-cultura, depreendemos que esse discurso produz um conflito identitário ao passo que o sujeito não entende que língua(s) o constitui(em). Esse conflito gera uma sensação de exclusão, de não pertencimento e desestabiliza o sujeito indígena, pois falar a língua portuguesa se torna um meio de interagir fora da terra indígena, mas o faz interditar a língua materna que constitui a identidade indígena.

Percebemos ainda, na sequência analisada, que há marcas que se contradizem e emergem no intradiscorso em um processo de contraposição recorrente. Isso é possível identificar, por exemplo, na escolha inconsciente dos verbos “*perder*” e “*preservar*”: opostos colocados lado a lado, demarcando as diferenças entre indígena e não indígena. Aliás, surge nesse recorte a comparação mais frequente no texto: entre “*índio*” e “*não índio*” (que carecem, do ponto de vista de E3, serem marcados); “*costume*” versus “*língua*” em que nessa SD não são consideradas sinônimos. Além disso, quando o participante ressalta o medo da perda dos costumes, da cultura e da língua, ele frisa outros aspectos que se contrapõem: “*cultura*” versus “*trabalho*”, visto que a cultura é “quase” perdida por conta do trabalho que o indígena necessita exercer fora da comunidade, entre os não indígenas. A última contraposição traçada por esse sujeito participante do PIN-UFFS está relacionada com “*aldeia*” versus “*espaço considerado do não indígena*”: separando o sujeito indígena que habita a aldeia – preservando quem ele é – do sujeito indígena que parcialmente perde as marcas que lhe constituem enquanto indígena (costume, língua e cultura) no espaço do outro.

Como viemos afirmando até este momento, o espaço entre-línguas-culturas pode surgir de tensões, estranhamentos e, até mesmo, silenciamentos. O sujeito indígena, ao buscar palavras, as quais são sempre suas e do outro, almeja definir-se, e é assim que ele se singulariza. A seguir, na SD4, escrita no processo seletivo de 2018, temos a discussão sobre o espaço entre-línguas-culturas abordada, dessa vez, pelo discurso injuntivo:

(SD4) *Antigamente os povos indígenas sabiam apenas falar sua própria língua, por exemplo o povo kainkang, não são muitos que ainda falam sua língua de origem, tão falando mais a língua Português do que sua língua de origem, tudo bem que temos que falar a língua Português, mas não quer dizer que temo que deixar de lado nossa língua indígena, nossa língua e nossa identidade, nosso meio de se identificar, isso não pode se perde, hoje em dia os pais não tão mais ensinando seus filhos a falar sua língua, tão perdendo o interesse, os pais tem que passar para os seus filhos tudo oque sabem na tradição indígenas* (E4; 2018).

Destacamos os marcadores linguísticos “*apenas*” e “*ainda*” como pertinentes para a compreensão dos sentidos por eles mobilizados na SD4. Ao considerarmos o significado do primeiro, encontramos um advérbio que delimita o discurso: somente, exclusivamente. Dessa forma, o sujeito indígena, antes do contato com o colonizador, falava apenas uma língua: a sua “*língua de origem*”. O marcador “*origem*” indica uma língua inicial, a que é natural ao povo, porém nos indagamos sobre a evidência semântica dessa palavra junto à língua, pois não é a mesma língua tal qual havia em 1500. Após esse contato com o colonizador, P4 ressalva que atualmente não são muitos indígenas que “*ainda*” falam a língua indígena, denotando uma perda em decorrência da língua outra, mas, ao tempo, há a manutenção da língua indígena, visto que alguns “*ainda falam sua língua de origem*”: entre-línguas-culturas. Identificamos essa perda resultante de uma interdição de dizer e dizer-se na língua indígena, ou seja, “[...] um interdito que interditava assim imediatamente o acesso às identificações [...]” (DERRIDA, 2001, p. 46).

A partir disso, entendemos que quando nos é interditado o acesso a uma língua, o que se interdita é o acesso ao dizer. Derrida (2001), ao argumentar sobre língua materna e língua estrangeira, discorre que quando acontece a interdição de uma língua, sentidos são silenciados, apagados, deixando marcas no sujeito e que, aqui, emergem nas escritas de si. Sendo assim:

Quando se interdita o acesso a uma língua, não se interdita coisa alguma, nenhum gesto, nenhum acto. Interdita-se o acesso ao dizer, eis tudo, a um certo dizer. Mas aí reside justamente o interdito fundamental, a interdição absoluta, a interdição da dicção e do dizer. (DERRIDA, 2001, p. 47).

Além disso, evidenciamos o discurso injuntivo nos termos “*temos que*” e “*não pode*”. Essas marcas nos mostram seu conflito nesse espaço entre-línguas-culturas, nesse espaço de imposição e de obrigação, que o fazem mudar de uma língua a outra, da língua indígena para a língua portuguesa, conforme o lugar, a circunstância e o contato com o não indígena. O uso frequente da função deôntica de “*tem que*”, em enunciados diferentes, nos despertou certa curiosidade. Segundo Eckert-Hoff (2008), essa expressão sugere uma relação de necessidade, de dever e de obrigatoriedade, isto é, “[...] uma maneira do enunciador expressar o desejo (inconsciente) de evitar uma contestação, uma vez que ele se posiciona, mostrando que é

preciso, que é necessário, isto é, que tem que.” (p. 73, grifo do autor). Ademais, constatamos a marca do imperativo no verbo “poder”, acompanhado de um advérbio de negação “não”, denotando uma pertença, não pode, não tem permissão de abandonar sua língua e seus costumes.

Dessa forma, o candidato afirma que estão inseridos em um espaço entre-línguas-culturas e que a língua portuguesa acaba sendo mais falada, uma vez que é uma obrigação: *“temos que falar a língua Português, mas não quer dizer que temo que deixar de lado nossa língua indígena”*. O anseio desse participante se caracteriza por deixar de ser índio quando não falar mais a língua indígena. Com base nesse cenário, nos parece importante lembrar que a identidade, constituída por momentos de identificação, não é fixa e fechada; ao contrário, ela está em constante movimento e transformação. Entendemos que é por meio da língua que a identidade do sujeito se constrói. Portanto, as identidades são concebidas por momentos de identificação dos sujeitos com as culturas e as línguas que o rodeiam. Uma das formas de manutenção dessa identidade indígena sugerida por P4 seria: *“os pais tem que passar para os seus filhos tudo oque sabem na tradição indígenas”* – mais uma vez utilizando o discurso injuntivo. Nesse recorte identificamos que o lugar para manutenção da língua indígena é a família, representada aqui pelos pais.

Historicamente, a universidade se formou como um espaço do não indígena e a língua que ali prevalecia era a língua nacional: a língua portuguesa. Na atualidade, “[...] continuamos a nos referir ao Brasil como país de língua portuguesa, na crença ilusória na unidade linguística e cultural [...]” (CORACINI, 2009, p. 478) e desconsiderando a multiplicidade de línguas e sujeitos que habitam o território nacional. É nesse espaço que o indígena se encontra e deixa submergir o imbricamento entre-línguas-culturas.

O indígena e suas línguas

Neste tópico, a sequência discursiva que trazemos aponta, novamente, o entre-línguas-culturas: língua indígena ∞ língua portuguesa. Porém, cabe ressaltar que, diferentemente das outras sequências discursivas, esta foi um recorte de uma redação completa, cujo título era “As duas língua do índios”¹⁸, visto a temática desenvolvida por esse participante do PIN-UFFS estar relacionada diretamente com a discussão teórica aqui traçada. No processo seletivo, a redação

¹⁸ No texto original do participante, o título da redação está exatamente assim, sem o uso do plural. Decidimos manter, de modo mais fiel possível, o texto do participante, mesmo que não estivesse de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

do E5 foi zerada por se caracterizar como fuga ao tema “O Bem Viver indígena e o futuro da humanidade” (2018).

(SD5) Atualmente, existem poucas etnias de indígenas no Brasil, mas nem todos eles estudam, existem jovens indígenas que não vão á escola. Sendo assim, eles não conseguem falar outra língua diferente da língua indígena, por não terem estudado na escola. Mas os outros falam bem a língua de português, por eles estudarem com os professores não-índios, que falam outra língua diferente a de indígena. E entendem pouco á pouco, e falam a língua português quando vão para á cidade viajar ou, vender artesanatos para fora das reservas indígenas. Falam também quando vão fazer um curso, para ter uma profissão e trabalhar para sustentar a família que tem. Ao estudar fora da reserva indígena tem mais chance de virar alguém, do que ficar em casa e não fazer nada, ou seja, precisam estudar para serem mais inteligentes. No primeiro dia de escola não entendemos nada, quando estamos no início dos estudos da escola só depois de muitos anos na escola conseguimos entender o que os professores falam. E com a nossa língua é a mesma coisa só sabemos falar a língua indígena quando temos três ou cinco anos de idade. Sendo assim, os indígenas falam duas línguas, uma que a própria língua para se comunicarem entre eles e outra quando estão com os não-índios (E5; 2018).

Nessa SD, encontramos possibilidades de interpretação, rastros (DERRIDA, 2001) deixados pelo enunciador que emergiram para construirmos nosso gesto de leitura. Acreditamos que o sujeito, ao tecer uma escrita de si, coloca-se em cena para falar de sua história de vida, como forma de se “confessar” (ECKERT-HOFF, 2008) e se mostrar para o não indígena corretor da prova. Evidenciamos a relação com o outro, por meio do PIN-UFFS, como um espaço para ter voz. Mesmo sabendo que a proposta de redação não envolvia diretamente a língua, o participante encontrou um lugar para se dizer. Em alguns momentos, como em “*existem poucas etnias de indígenas no Brasil*”, identificamos a multiplicidade de vozes que entrelaçam o discurso do indígena, pois, nesse caso, é a voz do não indígena que ressoa.

O conflito entre-línguas-culturas novamente é marcado pela aproximação com o não indígena, quando o candidato disserta que sem ir à escola o sujeito indígena não fala o português e, pela contradição, por meio do marcador linguístico “*mas*”, indica outros sentidos na formulação. Esse conflito se (re)vela da constante contradição em relatar que o sujeito indígena fala a língua portuguesa em ocasiões específicas (a partir do uso do advérbio “*quando*”), mas não fala se não vai à escola; ao mesmo tempo, afirma que não conseguem falar outra língua que não seja a indígena, porém, no final, reformula dizendo que “*só sabemos falar a língua indígena quando temos três ou cinco anos de idade*”.

Nesse contexto conflituoso e tenso que o espaço entre-línguas-culturas exerce sobre o sujeito, E5 discorre que o indígena que não vai para a escola não sabe a língua portuguesa e reconhece que isso muda quando finalmente entram em contato com professores não indígenas (“*falam outra língua diferente a de indígena*”) que, por sua vez, ministram as aulas em língua

portuguesa que é diferente da língua que o aluno indígena assume como sendo dele, aquela que ele mantém dentro da terra indígena. Portanto, esse sentimento de controle, de divisão das línguas não passa de uma ilusão (CORACINI, 2007), que constitui o hibridismo do sujeito no espaço entre-línguas-culturas. Ainda, no excerto “*ao estudar fora da reserva indígena tem mais chance de virar alguém, do que ficar em casa e não fazer nada*” identificamos que o enunciador aponta para um discurso que vem de fora da comunidade – indígena não faz nada – e que, estudando fora da comunidade, pode retornar e convencer os demais indígenas, contribuindo para sua auto-identificação com não-indígenas: “*ou seja, precisam estudar para serem mais inteligentes*”.

Quando o enunciador escreve “*não conseguem falar outra língua diferente da língua indígena, por não terem estudado na escola. Mas os outros falam bem a língua de português, por eles estudarem com os professores não-índios, que falam outra língua diferente a de indígena*” indica duas questões: a língua materna mantida ilusoriamente como a única dentro da comunidade indígena; ao passo que, ao usar a conjunção adversativa “*mas*”, aponta uma tensão, uma relação de conflito com a língua do outro, a língua nacional e, seguindo os preceitos de um país monolíngue, a língua de todos. Por conseguinte, a escola, nesse enunciado, se caracteriza como legitimadora da língua portuguesa, interditando outras possibilidades para o sujeito (se) dizer (DERRIDA, 2001). Para além dessa questão, salientamos o marcador linguístico “*os outros*” nesse excerto, já que aqui não está se referindo ao não indígena como é abordado em algumas SDs, mas sim ao indígena que fala a língua portuguesa e se identifica com o não indígena.

Ainda nesse trecho, identificamos o uso do advérbio “*bem*” para se referir à fala daqueles que estudaram em uma escola não indígena e, portanto, estudaram as regras da língua portuguesa. Materializado pelo discurso pedagógico, essa formulação nos remete à língua ideal que “[...] seria a de um ‘falante’ capaz de ler e escrever e de ‘falar bonito’, habilidades que [...] só seria possível adquirir com a passagem pela escola.” (GHIRALDELO, 2002, p. 113, grifos do autor). Em decorrência disso, há uma idealização do conhecimento escolar. Com base nessa perspectiva, conhecer as regras prescritas pela gramática normativa e comunicar-se com essa língua proporcionariam ao sujeito-aluno a dominação dela e, por consequência, ele teria um bom domínio da língua portuguesa “*por eles estudarem com os professores não-índios*”. Com base nesse recorte, percebemos a constituição identitária do sujeito professor baseada no saber científico, ou seja, na sala de aula há uma tendência à inquestionabilidade dos discursos e o professor é visto como a pessoa que “[...] graças ao uso de técnicas e recursos metodológicos

eficientes seja capaz de tornar possível a aprendizagem: afinal, é preciso tornar o objeto (científico) a ser ensinado acessível a quem não o conhece.” (CORACINI, 2003, p. 321). Por conseguinte, os “*professores não-índios*”, a partir da visão do professor como detentor soberano do saber científico, seriam sempre assertivos no ensino da língua portuguesa e os alunos nunca os questionariam em sala de aula.

O participante desliza em seu dizer, notavelmente, ao enunciar que a língua é utilizada sempre para algum objetivo previamente planejado. Aqui temos o imaginário de língua ideal na seguinte sequência de excertos: “*falam a língua português quando*”: “*vão para á cidade viajar*” → “*vender artesanatos para fora das reservas indígenas*” → “*vão fazer um curso, para ter uma profissão e trabalhar para sustentar a família que tem*”. O advérbio de tempo “*quando*” produz efeito de circunstância, de ocasião temporal, “[...] o que é esperado pelo lugar social de onde se fala e o que ratifica o imaginário de uma língua útil ‘para’ determinados fins.” (ORTH, 2014, p. 31, grifo do autor). Nesse contexto, a língua portuguesa, para E5, é útil para determinadas situações do campo da atividade capitalista e neoliberal como, por exemplo, para o trabalho remunerado. Essa questão vem do modo de viver do não indígena e, a partir dessa SD, percebemos que já constitui o sujeito indígena, pois está inserido nessa formação social. Determinadas relações passam pelo conhecimento da língua do outro para se inserir no modo de funcionamento social do outro; portanto, a língua portuguesa se torna útil.

De forma igual, há o imaginário de língua adquirida pela prática “*só depois de muitos anos na escola*”, tomada como um ato mecânico (GHIRALDELO, 2002) e, ao mesmo tempo, aprendida a partir do estudo das regras da gramática normativa da língua. Imerso nesse imaginário, o enunciador compreende a importância da escola para a aprendizagem da língua portuguesa, visto que é nesse lugar que todos obtêm o estudo formal de uma língua. No início não é uma tarefa fácil, mas com muita prática e “anos na escola” em contato com as regras é que o indígena consegue comunicar-se na língua portuguesa. Em contrapartida, no caso da língua indígena o participante menciona a comunidade como espaço de manutenção “*a nossa língua é a mesma coisa só sabemos falar a língua indígena quando temos três ou cinco anos de idade*”.

A partir da noção de escrita de si, Eckert-Hoff (2008) afirma que, inevitavelmente, todo texto fala de seu autor, todo texto carrega em si traços daquele que escreve e se inscreve naquilo que produz. O sujeito indígena finaliza sua redação concluindo que “*Sendo assim, os indígenas falam duas línguas, uma que a própria língua para se comunicarem entre eles e outra quando estão com os não-índios*”. Como um sujeito que fala mais de uma língua e que constitui a

identidade, sempre híbrida, móvel (CORACINI, 2007), E5 aponta a constituição linguística e identitária dos sujeitos indígenas dentro de um espaço conflituoso e tenso entre-línguas-culturas, mas ao mesmo tempo delimitado, pois cada uma tem seu uso específico. Compreendemos esse movimento não uniforme, fechado ou transparente, mas como uma Banda de Moebius: língua indígena ∞ língua portuguesa. É, assim, um “[...] sujeito que se vê no e pelo olhar do outro que o constitui.” (CORACINI, 2007, p. 120).

Retomando a epígrafe que abre as análises, afirmamos que não se fala nunca uma única língua (DERRIDA, 2001), somos/estamos entre-línguas-culturas intrinsecamente.

Considerações finais

Ao longo do texto foi possível perceber a relação e o imaginário que os participantes do processo seletivo indígena têm com a(s) língua(s) portuguesa e indígena, nos guiando às representações destas. A partir disso, interpretamos que a língua indígena é representada como fator imprescindível para a constituição identitária do indígena e que a língua portuguesa, proveniente do contato com o não indígena, estaria prejudicando a manutenção da língua indígena. Por meio das análises conseguimos identificar marcas que a língua portuguesa e a língua indígena constituem os sujeitos de modo tão intrínseco que não é possível afirmar que uma língua “prevalece” sobre a outra, mas sim que é uma língua e outra.

Nesse sentido, há uma representação de língua portuguesa como uma língua útil para o trabalho, para a comunicação com os não indígenas, ingresso em um curso superior, etc. Percebemos na SD5 que o enunciador aponta que existe um desejo pela identidade não-indígena. Enquanto isso, a língua indígena aparece como papel fundamental para permanecer sendo indígena, uma vez que os sujeitos compreendem que sem a língua e a cultura indígena deixariam de ser indígenas. Na construção de seus dizeres sobre as línguas, na maioria das vezes, os enunciadores revelam discursos e representações do outro nas/sobre as línguas para chegar a uma representação própria (GHIRALDELO, 2002). Ou seja, a visão do não indígena, bem como os estereótipos e silenciamentos, se (re)velam nos recortes analisados.

Com base nas sequências discursivas analisadas, depreendemos a regularidade discursiva em torno do conflito entre-línguas-culturas (língua portuguesa ∞ língua indígena) que nos levaram a interpretar que os sujeitos participantes indiciam em inúmeros pontos que há uma tensão nesse ‘entre’ e que não é simplesmente uma língua somada a outra, mas sim uma imbricada na outra. Nas palavras de Eckert-Hoff (2016), “[...] o lugar entre-línguas, ocupado

pelo sujeito em estudo, é um lugar de conflito, que significa entre-culturas, entre-outros, entre o um e o Outro.” (p. 140).

À vista disso, destacamos que tratando-se da língua indígena, “[...] uma vez barrado o acesso à língua e a escrita de um determinado outro [...] assim como à cultura que dela é inseparável, a inscrição deste limite não podia deixar de não deixar rastros.” (DERRIDA, 2001, p. 57). São rastros estes que nos propusemos a ler e interpretar neste artigo. Por fim, entendemos que o sujeito indígena, ao elaborar sua redação, fez uma leitura do seu cotidiano, do que é ser indígena e criou uma escrita de si para se ressignificar.

Referências

BORGES, Á. A. C. *Da aldeia para a cidade: processos de identificação/subjetivação e resistência indígena*. Cuiabá: EdUFMT, 2018a.

BORGES, Á. A. C. Subjetividade indígena na cidade: uma presença negada. In: OLIVEIRA, R. R. et al. (org.). *Linguagem e Significação: sujeitos indígenas*. Campinas: Pontes Editores, 2018b. Cap. 6. p. 105-118.

CORACINI, M. J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, M. J. As representações do saber científico na constituição da identidade do sujeito-professor e do discurso de sala de aula. In: CORACINI, M. J (org.). *Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003. p. 319-336.

CORACINI, M. J. Língua e efeitos de estranhamento: modos de (vi)ver o outro. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 475-498, jan. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982009000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2019.

DERRIDA, J. *O monolinguismo do outro. Ou a prótese de origem*. Porto, Portugal: Campo das Letras, 2001b.

ECKERT-HOFF, B. *Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

ECKERT-HOFF, B. M. Sujeitos entre-línguas em contextos de imigração: incidências na subjetividade. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 32, n. 3, p.135-147, 03 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/33640/19144>>. Acesso em: 30 set. 2019.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Tradução de Antônio F. Cascais e Edmundo Cordeiro. 7. ed. Lisboa: Passagens, 2009. p. 127-160.

GHIRALDELO, C. M. *As representações de língua materna: entre o desejo de completude e a falta do sujeito*. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GRITTI, T. *Um pouco aqui, um pouco lá?* Identificações do sujeito entre-línguas. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

LACAN, J. *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MICHAELIS. *Dicionário online de Língua Portuguesa Michaelis*. 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

ORTH, P. S. *Tramas discursivas em cena: o espetáculo da língua inglesa em uma instituição universitária*. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2014.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al. Papel da Memória*. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010, p. 49-57

PETRI, V. Funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do dispositivo experimental da análise de discurso. In: DIAS, C.; PETRI, V. (org.) *Análise de Discurso em Perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: UFSM, 2013. p. 37-48.

STÜBE, A. D.; AGUIAR, G. Índio já sofre por ser índio: língua e identidade em redações de indígenas. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 99-124, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/12593/pdf%20definitivo>>. Acesso em: 01 maio 2019.

STÜBE NETTO, A. D. *Tramas da subjetividade no espaço entre-línguas: narrativas de professores de Língua Portuguesa em contexto de imigração*. 2008. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

STÜBE, A. D. *Projeto de Pesquisa “Ser-estar-entre-línguas-culturas: políticas linguísticas e educação de estudantes indígenas em Chapecó/SC”*. 2016. Universidade Federal da Fronteira Sul.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). *Resolução nº 033/2013*. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas. Conselho Universitário, 2013. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0033>> Acesso em: 24 jun. 2019.